

## CAS vai debater em audiências públicas propostas contra miséria

Pesquisadores e representantes de entidades especializadas em segurança alimentar têm presença confirmada. Comissão pretende contribuir na formulação de “propostas factíveis e condizentes com as reais necessidades da população”



A Comissão de Assuntos Sociais quer oferecer ao Senado informações para o aprimoramento das propostas

Uma série de audiências públicas com representantes da sociedade civil e pesquisadores dá início ao esforço da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de oferecer subsídios aos debates em torno dos projetos de combate à pobreza em tramitação no Senado. A vice-presidente da comissão, senadora Heloisa Helena, explicou que o objetivo é contribuir na formulação de propostas factíveis e condizentes com as reais necessidades da população carente. O presidente da CAS, senador Osmar Dias, confirmou as primeiras audiências.

PÁGINA 4

### CPI se nega a ouvir juiz em São Paulo

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet, descartou a possibilidade de o juiz Luiz Beethoven Giffoni ser ouvido em São Paulo, como pretende. O juiz foi citado em denúncias de irregularidades na adoção de menores em Jundiá.

PÁGINA 3

### Prioridade para conclusões das CPIs

As conclusões das comissões parlamentares de inquérito poderão ter prioridade nas ações do Ministério Público. Proposta nesse sentido foi aprovada ontem na Comissão de Justiça.

PÁGINA 6



### Antonio Carlos quer descompressão social

O presidente do Senado defendeu ontem que o governo “flexibilize a atual política econômica, para permitir uma descompressão social”.

PÁGINA 2

### Agricultores pedem apoio do Senado a solução para dívidas

Ney Suassuna (E) ouve a proposta dos representantes dos agricultores brasileiros

A Confederação Nacional da Agricultura apresentou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado proposta de renegociação das dívidas dos

agricultores por 20 anos. Em contrapartida, o setor assume o compromisso de elevar a produção de grãos, as exportações e o emprego.

PÁGINA 3



# ACM pede descompressão social e elogia Malan

Presidente do Senado acha que pagamento de altas somas para honrar precatórios pode inviabilizar administração pública

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem que o governo "flexibilize a atual política econômica, para permitir uma descompressão social, notadamente nas camadas mais pobres". O senador entende que tal mudança não deverá afetar a estabilidade da moeda e deveria contar com o apoio do ministro Pedro Malan, a quem considera "um homem sério e competente" (*ver matéria abaixo*).

Em encontro com os ministros-chefes da Secretaria Geral da Presidência e da Casa Civil, na terça-feira, Antonio Carlos apresentou uma série de sugestões visando a essa descompressão social. O senador evitou entrar em detalhes sobre suas propostas, explicando que "antes elas devem chegar ao conhecimento do presidente da República". Ele adiantou, no entanto, a idéia de criar condições legais imediatas para evitar que a obrigação de pagamento

de precatórios por muitos estados e pela própria União "acabe inviabilizando a administração".

— Pode ser legal, mas é um absurdo; a legalidade não pode afrontar situações de fato do país. Essa é uma guerra que considero boa para o governo comprar, mas, se ele não quiser, o Congresso poderá fazê-lo — destacou.

Antonio Carlos explicou que a obrigação de pagar altas somas em precatórios ameaça paralisar governos como os de São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão, além de comprometer a própria administração federal.

No seu entender, "não é possível que o país tenha de pagar quantia como essa e não possa financiar um programa contra a pobreza". O senador defende o não-pagamento e explica que isso "deverá prejudicar apenas uns poucos advogados, juízes coniventes, peritos e famílias proprietárias de terras, que merecem o valor justo e não a in-

justiça de quantias fabulosas". Antonio Carlos defende uma ação imediata para corrigir esse problema, seja por iniciativa do governo ou do Congresso.

A respeito da flexibilização da economia e da descompressão social que o país necessita, o presidente do Senado revelou que o presidente da República "já dispõe de um conjunto de sugestões para mudar um pouco o quadro da nação". Ele acredita que com "um pouco de política, no bom sentido", o ministro da Fazenda e os demais membros da equipe econômica poderiam contornar boa parte das críticas.

O senador acredita que as mudanças na economia precisam ser feitas, "mesmo que isso fira alguns pontos de acordos internacionais".

A respeito de declaração do ministro José Serra sobre a apresentadora de tevê Xuxa, Antonio Carlos comentou: "Só faltava o Serra brigar com a Xuxa. Agora não falta mais nada".

## Senador garante que nunca foi contra o ministro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu ontem que o fato de ter feito uma crítica ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, não significa que tenha retirado seu apoio a ele:

— Nunca fui contra o Malan — enfatizou.

O senador disse que ficou satisfeito com a recepção dada ao ministro pelo presidente da Câmara, Michel Temer:

— Fiquei feliz porque o PMDB acolheu o ministro. Provavelmente a atitude do PSDB de São Paulo contra ele apressou esse apoio — comentou.

Para Antonio Carlos, o nervosismo do mercado financeiro "é mais causado pelos paulistas, que estão mais perto da Bolsa".

— Deve-se apoiar o ministro, e não colocar obstáculos no seu caminho. Eu fiz uma crítica a ele, e não tenho por que retirar — explicou o presidente do Senado, que voltou a defender mais ênfase na área social.



Antonio Carlos conversa com o ministro do Planejamento, Martus Tavares

## Tavares diz que projeto do orçamento chega até dia 31

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. O encontro foi uma visita de cortesia, disse o ministro, que informou o senador a respeito do próximo envio, pelo governo, da proposta orçamentária para o ano 2000. O projeto do orçamento deverá ser entregue a Antonio Carlos até o dia 31 de agosto.

O relator da proposta orçamentária para o próximo ano será o deputado Carlos Melles (PFL-MG). Ao contrário do que este jornal noticiou na edição de ontem, ele não substituiu o

senador Luiz Estevão (PMDB-DF) na relatoria do projeto de orçamento. Estevão, na verdade, foi relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano 2000, já aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República.

ALBANO FRANCO

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também recebeu ontem o governador Albano Franco, de Sergipe. O governador aproveitou o encontro para trocar impressões com Antonio Carlos a respeito do quadro político e econômico nacional.



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 10h30 - Recebe Fernando Bezerra, ministro da Integração Nacional
- ▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Terceiro dia de discussão em 1º turno da \*PEC nº 53/99 que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa); \*PLC nº 58/98, altera a redação do inciso III do artigo 12 da Lei nº 8.934/94, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; \*PDL nº 66/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Mirador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio do Sul (SC); \*PDL nº 31/99, que aprova o texto do Acordo sobre o Estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas; e \*PDL nº 32/99, que aprova o texto da Resolução nº A 12 - 5, com as emendas ao Estatuto da Clac.

### COMISSÕES

- ▶ 11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.890-64, adotada em 28 de julho de 1999 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares.  
Pauta: Instalação da comissão  
Local: Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9
- ▶ 17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.916, adotada em 29 de julho de 1999 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional e altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).  
Pauta: Apreciação da constitucionalidade e do mérito  
Local: Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19



Deputados expõem ao presidente do Senado fórmula da renegociação

## Deputados trazem proposta para resolver dívida agrícola

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência ontem um grupo de deputados da Comissão de Agricultura da Câmara, dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e representantes dos produtores, que vieram apresentar projeto de renegociação da dívida dos agricultores.

O presidente da comissão, deputado Dilceu Sperafico, informou ao senador que a proposta deverá ir ao plenário da Câmara, em regime de urgência, provavelmente no dia 18, quando está programada a marcha da classe produtora em Brasília para apoiar a idéia. O relator da matéria, deputado Ronaldo Caiado, também compareceu à audiência, ao lado do autor do projeto, Augusto Nardes, e de outros integrantes da comissão.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)  
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Beethoven não deporá em São Paulo, diz Tebet

Presidente da CPI do Poder Judiciário afasta possibilidade de viagem de senadores e admite que prazo para a conclusão dos trabalhos, 26 de agosto, poderá ser ampliado para a apresentação do relatório final dos trabalhos

Ao final da reunião administrativa de ontem da Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) descartou a possibilidade de o juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira prestar depoimento em São Paulo. Ele acrescentou que a então promotora de Justiça em Jundiá, Inês Makwski de Oliveira Bicudo, será convocada por escrito para prestar esclarecimentos à comissão.

Também deverá vir prestar esclarecimentos à CPI o juiz Aloísio Rodrigues, acusado de, na época em que foi vice-presidente do Tribunal Regional do



Ramez Tebet participou ontem de uma reunião administrativa da comissão

Trabalho da Paraíba, ter se apropriado de US\$ 100 mil, arrecadados com inscrições para um congresso de direito internacional do trabalho. O próprio juiz encaminhou carta à comissão solicitando sua convocação para se defender das acusações.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) informou ainda que o prazo de funcionamento da CPI, que vai até 26 de agosto, poderá ser prorrogado para a apresentação do relatório final dos trabalhos. Ele explicou que o relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), provavelmente solicitará a prorrogação já que está na dependência de receber ainda vários documentos que não chegaram, ou que foram encaminhados de

forma incompleta. O presidente da CPI esclareceu que a outra possibilidade da comissão ter seu prazo de funcionamento prorrogado seria o aparecimento de um fato novo excepcional.

Quanto ao *habeas corpus* preventivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal ao atual desembargador Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, permitindo que ele não compareça à CPI para prestar depoimento, Tebet informou que a comissão está prestando todas as informações solicitadas pelo ministro Otávio Galotti e aguardará sua decisão.

— Embora a CPI não concorde com o *habeas corpus*, ela tem que cumprir a decisão. O desembargador Asdrúbal Cruxên não foi intimado pela comissão, nós o convidamos. Que coação ele pode ter sofrido para pleitear a liminar do STF se até a data do seu depoimento foi marcada em comum acordo com sua própria assessoria? — indagou Ramez Tebet.



Francisco Lopes será reconvocado depois de ter se recusado, em abril, a assinar termo de compromisso de dizer apenas a verdade aos senadores

## CPI dos Bancos marca hoje novo depoimento de Francisco Lopes

Os senadores da CPI do Sistema Financeiro reúnem-se hoje para decidir as datas dos depoimentos de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, dos ex-proprietários dos bancos Econômico e Nacional, Ângelo Calmon de Sá e Marcos Magalhães Pinto, e dos ex-presidentes do BC Gustavo Loyola e Gustavo Franco.

Os senadores marcarão ainda o dia em que deporão os presidentes do Excel (que comprou o Econômico), Bilbao Viscaya (que adquiriu o Excel) e do Unibanco (que comprou o Nacional). Os banqueiros falarão sobre suas negociações ao amparo do Proer, programa de reestruturação do sistema financeiro nacional executado pelo Banco Central e que consumiu R\$ 20 bilhões. A CPI quer saber por que o sistema bancário

continuava frágil no início do ano, quando foram feitas várias liquidações extrajudiciais pelo Banco Central.

Já Francisco Lopes está sendo reconvocado pela CPI pois, na primeira vez, dia 26 de abril, recusou-se a assinar o compromisso de só falar a verdade e, por isso, foi detido pela Polícia Federal por ordem do presidente da comissão de inquérito, senador Bello Parga (PFL-MA). Com isso, ele não foi questionado pelos senadores. Em junho, Lopes obteve no STF liminar parcial em um mandado de segurança em que pedia o fim da indisponibilidade de seus bens e da quebra de sigilo bancário e telefônico determinado pela CPI. A liminar, no entanto, afirma que o ex-presidente do BC não pode se recusar a comparecer novamente à CPI, podendo ficar calado apenas ante as perguntas cujas respostas possam comprometê-lo.

## CNA promete 100 milhões de toneladas de grãos em troca de redução de dívida

Produzir 100 milhões de toneladas de grãos até 2001, exportar US\$ 45 bilhões até 2002, gerar e regularizar 1,5 milhão de empregos até 2003. Esses são os compromissos que os produtores rurais prometem assumir, caso lhes seja concedido um desconto de 8,5% sobre suas dívidas, depois de renegociadas por 20 anos. Os termos dessa proposta foram apresentados ontem aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Ernesto Salvo, e pelo vice-presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso, Homero Pereira.

Os produtores querem, além do rebate na dívida, a promessa do governo de respeito ao direito de propriedade e a formulação de políticas para elevar e sustentar a renda no campo. — Não adianta dar um bônus sobre a dívida e não propiciar o aumento da renda no campo. Sem renda ninguém paga dívida — disse Salvo.

A proposta do setor rural foi contemplada em projeto de lei já aprovado ontem pela Comissão de Agricultura da Câmara. Alcança as dívidas já renegociadas com os bancos (principalmente o Banco do Brasil) por meio do mecanismo de securitização. Segundo o presidente da CNA, aquela renegociação foi apenas um paliativo enquanto se buscava uma solução definitiva. Salvo explicou que só poderi-



Ernesto Salvo explicou, junto a Suassuna, proposta aprovada em comissão da Câmara

am se beneficiar dos descontos os fazendeiros que atingissem as metas contratadas de aumento da produção e criação e/ou manutenção de empregos.

Os senadores presentes à reunião da CAE deram apoio à luta dos produtores rurais para aumentar a produção e a renda, além de pagar as dívidas. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), por exemplo, considera que o endividamento agrícola só poderá ser solucionado com um bônus aos devedores. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) lembrou que o debate a respeito da pobreza atualmente em voga no Congresso não pode estar desligado da discussão sobre a agricultura.

— Não há solução para o desemprego fora da agricultura — disse Osmar.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, alertou para o grave risco do movimento armado no campo. Já o senador José Alencar

(PMDB-MG) conclamou o país a se voltar para a produção e pediu mais recursos para a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa). O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) lamentou a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Entretanto, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) acha que o custo das duas empresas seria superior ao benefício que trariam aos agricultores.

O empobrecimento no campo e a falta de firmeza do Brasil na proteção e ampliação de mercados externos foram abordados pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). O senador Blairo Maggi (sem partido-MT) alertou para o peso dos juros na conta dos agricultores e o lucro excessivo dos bancos. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou o aumento na concentração de terras nas mãos de grandes proprietários.

## Plenário aprecia proposta de criação do Instituto Internacional de Vacinas

O plenário do Senado vota hoje o texto de criação do Instituto Internacional de Vacinas, uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A negociação do acordo foi concluída em outubro de 96, em Nova Iorque, e o objetivo é torná-lo um centro internacional de pesquisa e desenvolvimento de vacinas para imunização de crianças dos países menos desenvolvidos.

O instituto, uma organização internacional independente, terá sede em Seul, Coreia do Sul. De seu pro-

grama de trabalho consta repassar aos países-membros tecnologias para produção de vacinas contra doenças infecciosas. Para isso, vai juntar esforços de governos, agências multilaterais, organizações não-governamentais e indústrias.

Ainda na sessão de hoje, o plenário discutirá em primeiro turno, pelo terceiro dia, a emenda constitucional que cria o Ministério da Defesa. A proposta tem de ser debatida por cinco sessões, podendo ser votada em seguida.

## Diretora do Prodasen explica bug do milênio

A diretora-executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), Regina Célia Peres Borges, falará hoje, no seminário *Bug 2000 – O Impacto sobre a Sociedade e as Soluções para Enfrentar a Ameaça do Ano 2000*, sobre a Fábrica de *Software* do Senado e sobre como a instituição está se preparando para enfrentar o *bug* do milênio. Promovido pela Câmara dos Deputados, o seminário visa debater a adequação dos sistemas de informática para o ano 2000 e será realizado no Hotel Nacional, a partir das 9 horas.

– O evento vai discutir modelos de soluções encontradas para o problema. A Fábrica de *Software* do Senado é também uma geradora de solução para o *bug* do milênio, embora seja muito mais do que isso – afirmou Regina.

A diretora explicará em sua palestra como funciona a Fábrica de *Software* e como o Senado fez a migração para datas com anos de quatro dígitos. *Bug* (inseto em inglês) é uma gíria da informática que significa defeito. *Bug* do milênio é como se convencionou chamar a falta de preparo de diversos programas para lidar com os anos terminados em 00. Os programas precisaram ser reescritos para operar com quatro dígitos, usando 2000 ao invés de 00, por exemplo, que seria interpretado como 1900.

– Temos sistemas refeitos, redesenhados e convertidos. Não há opção, temos que estar prontos para o ano 2000 – disse. O Prodasen produziu, em seus 27 anos de existência, dez milhões de linhas de código, informou Regina, e cria sempre novos sistemas. Além do computador central, o órgão administra uma rede com três mil micros, que interliga todos os setores da Casa.

A orientação da presidência do Senado é garantir a total transparência das informações produzidas pela Casa, informou Regina, o que levou o Prodasen a torná-las disponíveis na Internet. A rede do Senado, além de ser uma Intranet (navegação interna com características da Internet) será em breve também uma Extranet, quando interligar, em um ambiente semelhante ao da Internet, diversas redes do Poder Legislativo, graças ao projeto Interlegis.

O governo desenvolveu uma página na Internet abordando o problema do *bug* do milênio e sobre como diversos órgãos estão se preparando para enfrentá-lo. Ela pode ser acessada em <http://www.a2000.gov.br>.

# CAS promoverá audiências sobre propostas de combate à pobreza

O presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, dom Mauro Morelli, será o primeiro a participar dos encontros, convocados por sugestão da senadora Heloísa Helena

Com o objetivo de oferecer subsídios aos debates em torno dos projetos de combate à pobreza que estão em tramitação no Senado, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar uma série de audiências públicas com representantes da sociedade civil e estudiosos do tema. A CAS pretende contribuir na formulação de propostas factíveis e condizentes com as reais necessidades da população carente, conforme esclareceu ontem a senadora Heloísa Helena (PT-AL), vice-presidente da comissão.

Para a próxima quarta-feira, o presi-

dente da comissão, senador Osmar Dias (PSDB-PR), confirmou as presenças do presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, dom Mauro Morelli, e do pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ricardo Paes de Andrade. Deverão também comparecer à audiência pública o pesquisador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) José Carlos Libânio e o presidente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar, Flávio Valente. A audiência foi sugerida por Heloísa Helena.



A Comissão de Assuntos Sociais ouvirá ainda pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e das Nações Unidas

## Comissão aprova tarifa social de energia elétrica

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou ontem parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) ao projeto dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e José Agripino (PFL-RN) que institui uma tarifa social de energia elétrica para os consumidores de baixa renda. Emenda apresentada na comissão incluiu no benefício os trabalhadores desempregados que, no momento da dispensa, recebiam até um salário-mínimo.

De acordo com o projeto, a tarifa social será de R\$ 2,00 fixos por mês, vedado qualquer acréscimo pelo prazo de cinco anos. Serão beneficiados com a tarifa social os consumidores servidos por empresas distribuidoras de energia elétrica que tenham sido privatizadas a partir de 1996, ou pela sua sucessora, e que pagavam continuamente até R\$ 5,00 mensais no período anterior à privatização.

## Martus Tavares fala sobre empréstimo do BID

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, deverá comparecer no próximo dia 25 à Comissão de Assuntos Sociais, para falar sobre o pedido de autorização para um empréstimo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 2,2 bilhões. A iniciativa de convocação do ministro foi da vice-presidente da comissão, senadora Heloísa Helena (PT-AL).

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) havia apresentado pedido de vista ao projeto, mas voltou atrás quando o senador Geraldo Melo, um dos autores, informou ter entrado em contato com a direção da Agência Nacional de Energia Elétrica, recebendo aval do órgão para a aprovação da matéria, já que não causaria dano às empresas.



Melo disse ter obtido aval da Agência Nacional de Energia Elétrica

A emenda do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que estendeu aos desempregados o benefício da tarifa social foi acolhida pela maioria dos membros da comissão, apesar da oposição do relator da matéria, senador Moreira Mendes, para quem seria muito difícil operacionalizar a medida.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) disse que a tarifa social merece aplauso, mas, na sua opinião, deveria ser aplicada de acordo com a renda de cada família e não levando em conta apenas o consumo.



Heloísa Helena solicitou a convocação do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Os recursos, de acordo com a mensagem enviada pelo presidente da República, serão destinados ao financiamento do Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do programa de apoio financeiro internacional ao Brasil.

## Talidomida terá normas especiais de controle

Projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que submete a talidomida a normas especiais de controle e fiscalização a serem emitidas pelas autoridades sanitárias foi aprovado ontem por unanimidade pela Comissão de Assuntos Sociais. O projeto, que agora vai ao plenário do Senado, proíbe a venda ou o fornecimento do medicamento por farmácias comerciais e restringe sua distribuição ao âmbito dos programas oficiais de dermatologia sanitária.

A CAS também aprovou, em caráter terminativo, projeto da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que garante a concessão do salário-maternidade, pelo prazo de 90 dias, às seguradas da Previdência Social que adotem ou obtenham guarda judicial de criança até um ano de idade.

Na mesma reunião, a comissão aprovou, ainda, projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) dispendo sobre a inclusão de aviso alertando sobre

os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis. A advertência deverá constar nas peças publicitárias, manual do usuário e também no próprio equipamento. O projeto vai a plenário.

Foi aprovado, também, em caráter terminativo, projeto da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) que assegura a mãe, pai ou responsável a dispensa de meio turno de trabalho, a cada bimestre, para acompanhamento escolar dos filhos menores.

A CAS também aprovou substitutivo do senador Arlindo Porto (PTB-MG) ao projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que concede 50% de desconto aos maiores de 65 anos na compra de passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas. O projeto será apreciado em turno suplementar. A comissão acolheu ainda projeto da Câmara que integra o valor das horas extras habituais ao aviso prévio.

## Rocha registra aprovação de homenagem a Darcy Ribeiro

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) registrou ontem a aprovação pelo plenário da Câmara dos Deputados do seu projeto de resolução que institui o Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro, destinado a agraciar pessoas que tenham contribuído de forma relevante para a causa da educação brasileira.

Ele informou que o diploma será conferido anualmente, em sessão do Congresso Nacional especialmente convocada para este fim, a ser realizado no primeiro dia útil após 26 de outubro, data natalícia de Darcy Ribeiro. A escolha do agraci-

ado será feita por um conselho integrado por cinco membros do Legislativo e pelo seu presidente que, por sua vez, fará a indicação desses parlamentares no início de cada sessão legislativa.

Conforme Sebastião Rocha, sua intenção à época da apresentação do projeto (1996) era homenagear Darcy Ribeiro ainda em vida. “Infelizmente, isso não foi possível”, diz ele. O diploma, segundo o senador, “visa incentivar projetos em favor da educação nacional, o que sempre significará homenagear a memória de Darcy Ribeiro”.



Sebastião Rocha comemorou aprovação de projeto pela Câmara

## Aprovado nome de novo diretor do Banco Central

O Senado aprovou, com 54 votos favoráveis, quatro contrários e quatro abstenções, a indicação do nome de Carlos Eduardo de Freitas para a Diretoria para Assuntos da Dívida dos Estados do Banco Central.

Ao encaminhar favoravelmente a votação, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) saudou a escolha de um funcionário do BC para a diretoria, com um currículo importante e reconhecidas qualidades de ética e caráter.

Saturnino aproveitou a oportunidade para questionar a decisão do BC de fechar delegacias regionais e concentrar as atividades de fiscalização em praças como São Paulo e Brasília. "A CPI do Sistema Financeiro demonstrou uma deficiência do BC para fiscalizar bancos e financeiras, por isso considero equivocada essa decisão, que não irá aumentar a capacidade fiscalizatória do banco".

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), está na hora de o Senado trabalhar junto com o BC na elaboração de um



Saturnino criticou decisão do BC de fechar delegacias regionais em vários estados

projeto de resolução autorizando o governo a tratar, em bloco, a renegociação das dívidas mobiliárias e contratuais dos cinco mil municípios brasileiros. "Seria uma espécie de autorização 'guardachuva', indispensável para o encaminhamento do problema, pois seria impossível elaborar uma negociação caso a caso", concluiu.

## Plenário decidirá sobre vagas nas universidades

Por força de recurso apresentado por dez senadores, será submetido ao plenário da Casa o projeto de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), aprovado terminativamente, em junho, pela Comissão de Educação, que garante metade das vagas em universidades públicas para alunos que tenham cursado o ensino fundamental e médio integralmente em escola pública.

Caso não houvesse recurso para

apreciação da matéria pelo plenário, o projeto seria enviado diretamente ao exame da Câmara dos Deputados.

O recurso foi assinado pelos senadores Freitas Neto (PFL-PI), Amir Lando (PMDB-RO), Bernardo Cabral (PFL-AM), Edison Lobão (PFL-MA), Francelino Pereira (PFL-MG), Heloísa Helena (PT-AL), Hugo Napoleão (PFL-PI), Marluce Pinto (PMDB-RR), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Tião Viana (PT-AC).

# Senado rejeita vinculação de verbas para a saúde

Proposta de emenda constitucional de Antonio Carlos Valadares não obtém votos suficientes para aprovação em segundo turno

O plenário do Senado rejeitou ontem, em segundo turno de votação, proposta de emenda constitucional (PEC) vinculando verbas orçamentárias da União, estados e municípios para o Sistema Único de Saúde (SUS). A PEC, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), obteve somente 35 votos favoráveis quando precisaria de 49 para ser aprovada. Houve 25 votos contrários e cinco abstenções.

Pela proposta, 30% do orçamento da seguridade social da União seriam compulsoriamente destinados ao SUS, bem como 12% de todas as receitas dos estados e 10% das receitas dos municípios. A proposta seguiria o mesmo princípio de vinculação de verbas para a educação que já está expressa na Constituição.

Valadares argumentou que somente recursos certos e determinados poderiam assegurar a tranquilidade do atendimento público de saúde, em especial para as pessoas carentes que não dispõem de outra opção. "A Contribuição Provisória sobre Movimentação Finan-



Valadares tentou convencer senadores, mas seu projeto não conseguiu os 49 votos necessários

ceira (CPMF) foi aprovada com esse objetivo, mas todos sabem que esses recursos estão sendo desviados para outras finalidades", disse.

O senador por Sergipe afirmou, emocionado, que "a aprovação dessa PEC não deveria ser para amanhã, mas para ontem, porque muita gente já morreu nos hospitais desde que aprovamos a CPMF".

Valadares lembrou que o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento classificou o Brasil em 79º lugar em índice de desenvolvimento humano (IDH), atrás de seus vizinhos. "A melhoria do SUS certamente traria alívio para essa situação."

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e os senadores Tião Viana (PT-AC), Ademir Andrade (PSB-PA), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Jader Barbalho (PMDB-PA) discursaram a favor da emenda. Para a senadora Marina Silva (PT-AC), a vinculação de verbas orçamentárias para a educação é o único motivo pelo qual o setor ainda não está falido, por isso a mesma fórmula deveria ser adotada para a saúde.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) discursou contrariamente à PEC, argumentando já terem sido aprovadas no Senado propostas sobre destinação de recursos para a Previdência Social e para a saúde. O senador Hugo Napoleão argumentou que esta nova proposta traria "uma verdadeira cacofonia legislativa".

## ACM participa de reunião dos 500 anos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro Rafael Greca, do Esporte e Turismo, que veio convidar o senador para participar da grande reunião preparatória do roteiro de eventos co-

memorativos dos 500 anos do descobrimento do Brasil, marcada para o próximo dia 19, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

De acordo com o ministro, Antonio Carlos aceitou o convite e deverá par-

ticipar do encontro, que irá reunir secretários de Esporte e Turismo de todo o país. Greca adiantou que o senador poderá usar da palavra para aludir à condição da Bahia como local do descobrimento.

## Nabor denuncia discriminação contra prefeitos

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e uma comitiva de prefeitos do Acre, que vieram a Brasília para "denunciar a discriminação de que estão sendo alvo por parte do governador do estado, Jorge Viana, que é do PT".

O senador acreano anunciou a Antonio Carlos a decisão dos 15 prefeitos vinculados ao PMDB, PFL e PPB "de formarem uma coligação para defender junto aos governos do estado e federal verbas indispensáveis para desenvolver os municípios".

Nabor Júnior informou que os prefeitos levarão essa denúncia de discrimi-

nação às direções do PMDB, PFL e PPB, bem como ao Palácio do Planalto. Ele disse que "há grande expectativa em torno da próxima visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao

estado e do apoio que os municípios poderão ter".



Nabor, com ACM, informou que os prefeitos levarão denúncia ao presidente da República

## Medalhista do Pan recebe homenagem

Antonio Carlos entrega a placa a Altamiro Cruz, o "Didi"



Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, entregou ontem uma placa de prata ao carateca Altamiro Cruz, o "Didi", que integra o corpo de segurança da Casa e conquistou medalha de

prata nos recentes Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, no Canadá, competindo na categoria de peso-pesado.

O senador destacou as qualidades esportivas e funcionais de Altamiro e afirmou que a homenagem também tinha o objetivo de confortar o atleta pela perda "injusta" da medalha de ouro naquela competição.

### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1999

1

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1997. Antonio Carlos Valadares e outros. Dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências.  
Resultado: Rejeitada. Votaram: Sim: 35; Não: 25; Abst.: 05; Total: 65. A matéria vai ao Arquivo.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999 (nº 626/98, na Câmara dos Deputados). Presidente da República. Altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição Federal (criação do Ministério da Defesa).  
Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o terceiro dia de discussão, em primeiro turno.

3

Parecer nº 489, de 1999. Comissão de Assuntos Econômicos. Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Sobre a Mensagem nº 147, de 1999 (nº 1.073/99, na origem), de 29 de julho do corrente ano, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Carlos Eduardo de Freitas para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil.  
Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 54; Não: 04; Abst.: 04; Total: 62. Será feita a devida comunicação ao senhor Presidente da República.

4

Requerimento nº 366, de 1999. Iris Rezende. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos projetos de resolução nºs 37 e 51, de 1999, por versarem sobre indicação de membros para as comissões.  
Resultado: Aprovado. Os PRS nºs 37 e 51, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à CC, e, posteriormente, vão à CDIR.

5

Requerimento nº 382, de 1999. Romero Jucá. Solicita, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1996 (nº 360/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica e dá outras providências, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.  
Resultado: Aprovado. O PLS nº 75, de 1996, vai à CAE.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

## Projeto permite uso de bandeira em roupas

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprovaram ontem parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) favorável ao projeto de lei do deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) que altera a legislação sobre a forma de apresentação dos símbolos nacionais. O projeto inclui o aplauso entre as saudações ao Hino Nacional e permite o uso da Bandeira Nacional em roupas, proibindo, no entanto, o seu uso como estampa. O projeto segue, agora, para o plenário do Senado.



Fogaça aceitou emenda sugerida por militares

Atendendo a sugestão das Forças Armadas, Fogaça apresentou uma emenda ao projeto original vedando o uso da bandeira como roupas de cama, mesa, banho ou íntimas. Segundo o relator, essas situações não estão de acordo com a moralidade necessária ao pavilhão nacional. Permanece proibido o uso da bandeira como revestimento de placas, retratos, painéis ou monumentos a inaugurar.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que votou contra a emenda de Fogaça, assinalou que, nos Estados Unidos, não há tal vedação e a sua bandeira é utilizada amplamente, até mesmo para decorar lixeiras.

Também contrário à alteração do relator, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) ponderou que a proibição terá fiscalização difícil de ser executada, principalmente no caso de roupas íntimas. "Nada impede a estilização de cores e formas alternativas associadas à Bandeira Nacional", defendeu Fogaça.

## Dispositivos inconstitucionais serão suspensos

Parecer do senador Amir Lando (PMDB-RO), com projeto de resolução suspendendo a execução de dois artigos de lei municipal de Niterói declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, foi aprovado ontem pela CCJ. Os dois dispositivos se referem a taxa de iluminação pública.

A CCJ também aprovou outro parecer, do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também acompanhado de projeto de resolução suspendendo a execução dos incisos I e III do art. 7º da Lei nº 8.162, considerados inconstitucionais pelo STF. A lei dispõe sobre a revisão de vencimentos dos servidores civis e a fixação do soldo dos militares. As duas matérias dependem ainda de deliberação do plenário.

# Conclusões das CPLs poderão ter prioridade no Ministério Público

Projeto aprovado pela CCJ obriga chefes das procuradorias da União e dos estados a comunicarem ao Legislativo as providências adotadas

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei que determina que as conclusões de comissões parlamentares de inquérito tenham prioridade quando forem analisadas pelo Ministério Público. A proposta, de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), foi relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou substitutivo. A matéria ainda deve ser apreciada pela comissão em turno suplementar antes de ser aberto prazo para recurso.

Para embasar seu parecer, o relator ouviu a procuradora Ela Wiecko V. de Castilho, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Com as sugestões recebidas, Simon alterou a proposta original de forma que os chefes do Ministério Público da União e dos estados comuniquem, em 30 dias, aos presidentes do Senado ou da Câmara



Na CCJ, os senadores acolheram o substitutivo de Simon ao projeto de Tebet

ra as providências adotadas.

O parecer de Simon manteve a determinação de que os processos e procedimentos instaurados pelos procuradores a partir de conclusões de CPI tenham prioridade sobre quaisquer outros, exceto pedidos de *habeas corpus*, *habeas data* ou mandados de segurança. Caso essas determinações não sejam cumpridas, o substitutivo prevê sanções administrati-

vas, civis e penais.

— Com este projeto, busca-se atacar a lentidão com que os processos se arrastam, que é a principal causadora da impunidade. Com a nossa proposta, vislumbramos a solução para que as conclusões de CPIs não venham a sucumbir diante da morosidade imposta pelos procedimentos ordinários — justificou Tebet, que é presidente da CPI do Judiciário.

## Empresa que usar mão-de-obra infantil deverá ficar sem incentivos do governo

Com parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), a CCJ aprovou ontem projeto de lei da Câmara do Deputados que veda a concessão de financiamento, benefício ou incentivo fiscal por parte da União, estados e municípios, ou de entidade sob seu controle direto ou indireto, a empresas privadas que utilizem mão-de-obra infantil no processo produtivo. A matéria segue para o plenário.

O projeto, que modifica a lei das licitações, prevê que a empresa priva-

da interessada na obtenção de financiamento, benefício ou incentivo fiscal deverá apresentar prova de situação regular perante o Ministério do Trabalho. Caso seja constatada irregularidade, a empresa ficará inabilitada pelo prazo de cinco anos a participar de licitação pública e de pleitear financiamento, benefício ou isenção fiscal de qualquer espécie.

A relatora reconhece que a maioria dos menores explorados trabalha na agricultura, observando, no entanto,

que é grande o número de comerciantes e industriais que descumprem o dispositivo constitucional.

Maria do Carmo ressaltou que a utilização de mão-de-obra infantil, além de ser "uma sórdida maneira de aumentar os lucros dos empregadores, acaba por interferir no próprio mercado de trabalho, subtraindo aos adultos milhões de vagas que lhes seriam destinadas e aumentando consideravelmente os índices de desemprego".

## Carros abandonados por seis meses irão a leilão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável do senador Carlos Wilson (PSDB-PE) a projeto da Câmara que amplia de 90 para 180 dias o período em que os veículos apreendidos pelos Detrans do país ficarão à disposição dos proprietários e seguradoras. Decorrido este prazo, os veículos poderão ser reaproveitados por órgãos públicos ou leiloados, revertendo o produto do leilão em benefício dos



Carlos Wilson aponta na medida economia para o governo

Detrans. A matéria vai agora à apreciação do plenário.

Segundo Carlos Wilson, seis meses permitem a presunção de abandono do veículo e a sua conseqüente disponibilidade.

— A transferência do produto do leilão dos veículos para o reaparelhamento dos Detrans, ou a possibilidade da utilização deles pelos órgãos públicos, são de grande valia, contribuindo para um louvável espírito de economia nas contas públicas — disse o relator.

## Reunião na terça discute reforma política

O presidente da CCJ, senador José Agripino Maia, convidou os líderes e presidentes dos partidos para participarem de reunião na próxima terça-feira, depois da Ordem do Dia. A pauta do encontro será a reforma política e seus aspectos relacionados com as próximas eleições municipais, previstas para outubro do próximo ano.

A CCJ também aprovou parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que considerou constitucional a participação do senador licenciado Ricardo Ferreira dos Santos (PSDB-ES) no Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo. A consulta foi encaminhada pela Mesa do Senado a partir de questão formulada pelo interessado.

## Emenda dá mais espaço para as mulheres no STF

Depois de longo debate, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina que homens e mulheres devem ocupar, alternadamente, as vagas abertas no Supremo Tribunal Federal (STF). A matéria, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), segue agora para o plenário.

Relator na CCJ, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) entende que, apesar de polêmica, a proposta é justa, pois, em mais de um século de história, o STF jamais teve uma mulher como ministra. Para ele, esse fato se dá por discriminação, e não por falta de juristas competentes.

Em defesa de sua proposta, Ademir esclareceu que ela não privilegia nem mulheres, nem homens, mas apenas busca um equilíbrio. Mesmo reconhecendo que as mulheres, a cada dia, ocupam mais espaço em funções importantes, o senador pelo Pará acredita que esse processo é lento.

Para o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), aprovando a iniciativa de seu colega de partido, o Senado mostrará à nação que as mulheres não podem sofrer discriminação justamente no órgão que zela pela Constituição federal.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) também apoiou a PEC de Ademir, ressaltando, porém, que as mulheres só poderão ascender a altos cargos se demonstrarem competência. O senador José Fogaça (PMDB-RS) declarou que a proposta pode ajudar o país a romper com mecanismos discriminatórios enraizados na sociedade.

Primeiro a falar contra a proposta, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse acreditar que a inclusão de tal dispositivo na Constituição é uma "camisa-de-força desnecessária".

A inconstitucionalidade do projeto foi o ponto abordado pelos senadores do PMDB Roberto Requião (PR) e Amir Lando (RO). "Apesar de bem intencionada, a proposta transforma a escolha num 'samba do crioulo doido'. Quando a CCJ votou na juíza Eliana Calmon para o STJ, não votou numa mulher, votou numa jurista de excelente qualidade", argumentou o senador pelo Paraná.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), que não votou, também levantou objeções à PEC, pois a medida poderia abrir um precedente, o que acarretaria a obrigatoriedade do estabelecimento de quotas em outros casos. "Por que só o STF?", questionou.



Ademir Andrade é o autor da proposta

## Indústria de amianto terá prazo para substituir matéria-prima

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, recebeu em audiência, ontem, representantes dos trabalhadores de fábricas que usam amianto, parlamentares e profissionais da área de segurança do trabalho para discutir os problemas que este setor industrial começa a enfrentar, por causa da proibição do uso desse mineral em vários países. A informação foi transmitida ao plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Depois que os Estados Unidos, a França e vários outros países decidiram banir o uso do amianto — que pode provocar câncer do pulmão —, o ministro Sarney Filho encarregou o Conselho Nacional do Meio Ambiente de tomar uma decisão sobre seu uso



Suplicy: 20 mil trabalham no setor

no Brasil. Conforme Suplicy, o ministro estaria disposto a dar um prazo superior a seis anos para que as indústrias que usam o amianto mudem de matéria-prima. Esse prazo é maior que o da Comunidade Européia, cujo limite é o ano 2005.

O senador informou ainda que participou da reunião a engenheira civil e de segurança do trabalho Fernanda Giannasi, membro-fundadora da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto. Tal associação luta pela proibição total do uso do amianto no Brasil e por indenizações às pessoas que tiveram câncer provocado pelo mineral. Cerca de 20 mil brasileiros trabalham nessas indústrias, cuja maior mina localiza-se em Minaçu (GO).

## Maldaner pretende oficializar comemoração do Dia do Advogado

Ao render as homenagens ao Dia do Advogado, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou ontem que sua assessoria está fazendo uma pesquisa sobre a data comemorativa para apresentar em breve um projeto de lei, oficializando não só o Dia do Advogado, como também a data de 11 de agosto. Segundo o senador, no calendário de datas nacionais, o Dia do Advogado consta como sendo 19 de maio, mas, por tradição, nacionalmente, é comemorado em 11 de agosto, data da fundação dos cursos jurídicos no Brasil.

Maldaner informou que, ao longo da história, existiram várias propostas de datas para comemorar o Dia do Advogado, ficando por fim o 11 de



Maldaner: projetos foram arquivados

agosto, determinado pelo Conselho Nacional da OAB. O parlamentar pediu que constasse nos Anais da Casa o histórico processo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que apresenta o relatório contendo a discussão sobre o assunto, por considerá-lo “histórico e curioso”.

Observando que não há, no entanto, lei específica que oficialize a matéria, Maldaner esclareceu que, de acordo com suas pesquisas, foram apresentados três projetos de lei neste sentido, mas todos terminaram sendo arquivados.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) cumprimentou o senador pelo seu trabalho e disse que “essa pesquisa é importantíssima até para os advogados, já que muitos, como eu, não têm essa informação”.

# Mozarildo não quer ONGs na assistência a ianomâmis

Senador diz que está perplexo diante da possibilidade de o governo apoiar a ingerência de organismos estrangeiros na Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) protestou ontem contra a ação de organizações não-governamentais estrangeiras que estão se preparando para assumir o atendimento de saúde dos índios ianomâmi, em função da terceirização dessa atividade pelo governo federal.

Mozarildo leu, em plenário, uma carta do presidente da Assembléia Legislativa de Roraima, Edio Vieira Lopes, em que afirma esta-



Mozarildo leu protesto da Assembléia

rem essas ONGs subordinadas a interesses estrangeiros. “Sob a bandeira da proteção ao meio ambiente e da defesa dos direitos dos povos indígenas, elas têm, na verdade, interesse nas riquezas minerais e biodiversidade das terras brasileiras.”

— Será que o governo federal não tem competência para cuidar da saúde dos povos indígenas? — pergunta Vieira Lopes, em sua carta dirigida a Mozarildo.

“Queremos manifestar preocupação com o processo de internacionalização da Amazônia e suas conseqüências futuras para índios e não-índios da região, bem como para o povo brasileiro como um todo”, escreveu o presidente.

Ao concluir, Mozarildo lembrou as muitas vezes em que ele próprio denunciou interferência indevida das ONGs na Amazônia. “Estou perplexo diante da possibilidade de o governo estar chancelando esse tipo de ingerência de empresas internacionais junto aos índios ianomâmi.”

## Viana homenageia frei Tito, morto há 25 anos

O senador Tião Viana (PT-AC) homenageou ontem a memória do frei dominicano Tito de Alencar Lima, vítima de tortura durante o regime militar. “Frei Tito, que a lembrança da tua morte anunciada previna as autoridades de plantão do dever de garantir a integridade física daqueles que estão à disposição da Justiça”, disse o senador.

Pedindo a transcrição, nos Anais do Senado, de mensagem dos dominicanos alusiva ao religioso, o senador disse que no dia 10 de agosto de 1974,

data de sua morte, frei Tito consumou a verdade gravada no Livro Sagrado: “É melhor morrer do que perder a vida”. Na opinião do parlamentar, Tito compreendeu e defendeu o ideal dos jovens que “pagaram com a liberdade ou com a própria vida o sonho de ter um país democrático”.

Referindo-se às torturas sofridas pelo frade, Tião Viana afirmou que o sofrimento “imposto pelo



Viana: Frei Tito compreendeu o ideal dos jovens

delegado Fleury e seus comparsas invadiu a alma de frei Tito e o fez refém da agonia pelo resto da vida”.

Tião Viana lembrou que, mesmo buscando reconstituir a alma repisada, frei Tito teve sempre a memória de Fleury e dos outros algozes a ameaçarem sua serenidade. “Ao morrer, matou seus algozes e recuperou a paz duradoura que lhe haviam seqüestrado”, afirmou o parlamentar.

## Jucá é escolhido vice-presidente de comissão

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou ontem ter sido escolhido como o novo vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Jucá também anunciou a escolha do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) como presidente da mesma comissão. Para Jucá, a coincidência de dois parlamentares da região amazônica estarem ocupando a presidência e a vice-presidência da comissão possibilitará a discussão para se tentar fazer do orçamento um instrumento de combate às desigualdades regionais.

Romero Jucá assumiu o compromisso de fazer votar o orçamento dentro do prazo constitucional. “Estarei à disposição dos colegas para somar esforços em favor das regiões mais pobres”, garantiu.



Jucá: orçamento deve combater desigualdades

## Notícia sobre tráfico na Amazônia preocupa Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou ontem que é hora de as autoridades brasileiras se preocuparem com a notícia de que as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), principal grupo guerrilheiro daquele país, estão traficando cocaína para o Brasil e para a Venezuela. “Eu acho que isso é grave e temos de nos preocupar”, disse ele.

O parlamentar citou matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, segundo a qual Rand Beers, secretário-adjunto do Departamento de Estado americano, teria feito essa afirmação, o que insinuaria uma preparação dos Estados Unidos para ampliar sua presença na Colômbia. A mesma matéria afirma que a presença de Brian Sheridanm, chefe de operações das forças especiais norte-americanas, na comitiva que visita Bogotá aumenta a especulação sobre intervenção americana naquele país.

Romeu Tuma considerou a notícia preocupante para a região Norte e para os senadores da bancada



Romeu Tuma quer a soberania defendida a qualquer custo

amazônica e sugeriu que é hora de os parlamentares sentarem-se para debater o que realmente está acontecendo. “É preciso discutir se tem ou não fundamento a acusação que membros do governo americano fazem de que as Farc estão transportando cocaína para o Brasil e para a Venezuela, através da Amazônia”, propôs o senador Romeu Tuma.

O senador entende que notícias como essa são aflitivas e que o Brasil corre o risco até de ser acusado de facilitar esse tráfico por suas fronteiras. “Isso não podemos admitir. Temos que estar em condições de defender a qualquer custo, a qualquer preço, a nossa soberania”, afirmou.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) aparteu para dizer, como presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, que o comandante da Aeronáutica foi convocado para discutir a implantação do Sivam na região Norte.

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Karatê  
7h30 — *Especial Unip* — Artrite reumatóide  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — O senador Artur da Távola fala sobre programação educativa para crianças  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
12h30 — *Entrevista* — Senador Artur da Távola  
12h55 — *Senado em Pauta*  
13h — *Cares do Brasil* — Espírito Santo  
13h30 — *Consulta Marcada* — Câncer de próstata  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 — *Entrevista* — Senador Artur da Távola  
19h — *Cares do Brasil* — Diamantina  
19h30 — *Consulta Marcada* — Câncer de próstata  
20h30 — *Entrevista* — Senador Artur da Távola  
21h — *Jornal do Senado*

21h25 — *Senado em Pauta*

21h30 — *Consulta Marcada* — Câncer de próstata

22h30 — *Projeto E*

23h — *Espaço Cultural* — Show de Paulinho Pedra Azul

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — “A Voz do Brasil”  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Nordeste”  
Em seguida — Música e informação  
21h — “Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida — Música e informação

# Osmar cobra cumprimento de resoluções sobre dívida

Para ele, leis que disciplinam as contas públicas têm sido desrespeitadas, o que inviabiliza saneamento econômico

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) conclamou ontem o Senado a exigir o cumprimento das resoluções que aprova em relação ao endividamento público. "As leis são aprovadas disciplinando as contas públicas, mas posteriormente são contraditadas por rolagens de dívida pública em termos absurdos, enquanto o Senado passa batido por essas contradições", protestou.

Para Osmar Dias, o desequilíbrio das contas públicas da União, estados e municípios é o verdadeiro responsável pelo desemprego e pela miséria que estão se multiplicando no país. "Culpar a globalização por esses problemas pode ser um argumento cômodo. Querer aprovar programas de combate à pobreza representa atacar as consequências e não as causas estruturais do desequilíbrio da sociedade."

O senador pelo Paraná afirmou que o Estado está engessado, sem verbas para desenvolver projetos sociais. "Apesar de usar a privatização para obter recursos, o Estado acaba utilizando, no custeio da máquina, o dinheiro que seria para o desenvolvimento. É o déficit público crescente, nas três esferas de poder, aliado aos juros altíssimos, que



Para Osmar, Estado brasileiro está engessado pelas enormes dívidas

empobrece o país", garantiu.

Osmar Dias lembrou as dificuldades que o governo teve para aprovar o ajuste fiscal e a renegociação das dívidas dos estados. "Com negociações paralelas, às vezes aprovadas pelo Senado, está-se colocando o ajuste na lata do lixo e invalidando a ordem que se pretendeu colocar nas contas dos estados. Nenhum

cumpriu os compromissos de aumentar a arrecadação e reduzir seus gastos com a folha de pessoal", afirmou.

O senador lembrou que vários estados estão questionando o pagamento de 13% da arrecadação à União, por conta da amortização de suas dívidas. "Querem pagar 5%. Se antes já levariam 30 ou 40 anos, com uma percentagem menor levarão um século. Além disso, governo e Senado se unem para ressuscitar precatórios em poder do Banco do Brasil, alegando que o banco não pode quebrar em função dos títulos da prefeitura de São Paulo", criticou.

Para Osmar Dias, somente com um saneamento rigoroso das contas públicas será possível falar em desenvolvimento econômico, geração de empregos ou combate à pobreza.

## Maria do Carmo defende uso de águas do Tocantins

As águas do rio Tocantins podem ser transpostas para o Nordeste, no lugar do rio São Francisco, afirmou em discurso ontem a senadora Maria do Carmo (PFL-SE). O Tocantins, mais caudaloso, não enfrentará problemas ambientais, ao contrário do São Francisco, cujas águas diminuíram tanto depois das várias hidrelétricas construídas nas últimas décadas "que já se pesca peixe de mar na cidade sergipana de Penedo, às margens do rio, mas não tão perto da foz", disse a senadora.

Maria do Carmo pediu ao Congresso "um debate profundo e uma análise objetiva" sobre os problemas que a possível transposição das águas do São Francisco irá provocar. "É preciso analisar os projetos que existem na Bahia, em Sergipe, em Minas Gerais e em Alagoas prevendo o uso das águas do rio antes de se pensar num projeto como o da transposição", observou.



Maria do Carmo: uso das águas do São Francisco pode causar graves impactos ambientais

A senadora ponderou que o governo não pode decidir pela transposição sem um projeto sério do impacto ambiental da mudança. Para ela, se forem desviadas águas do São Francisco, o governo federal estará criando problemas graves para as economias de Sergipe e Alagoas, inviabilizando dezenas de projetos.



Silva Júnior: café envolve produção, indústria e comércio

## Silva Júnior critica mudança na política cafeeira do país

A transferência da política cafeeira do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio para o Ministério da Agricultura foi criticada ontem pelo senador Silva Júnior (PMDB-PB). A mudança fez parte da reforma ministerial realizada em julho pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Para o Ministério da Agricultura também foram transferidas a política do açúcar e do álcool.

Embora a reforma não tenha extinguido o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), o senador considera que foi alterada uma estrutura que vinha dando certo, sem consulta prévia ao setor:

— O que questionamos é a transferência da condução das políticas do café, açúcar e álcool para uma pasta cujos meios estão voltados diretamente para a produção — disse Silva Júnior.

Segundo o senador, a decisão do governo fere tradição criada com o antigo Instituto Brasileiro do Café (IBC), já que a política do café não se resume à produção, mas envolve a indústria e o comércio (interno e externo) e é objeto de acordos internacionais. Na opinião do senador, a transferência terá outras repercussões, entre elas o desmantelamento de equipes treinadas para lidar com os temas relativos ao café.

Silva Júnior apelou ao presidente Fernando Henrique para que altere, na reedição, a Medida Provisória 1.911-8, por meio da qual foi modificada a ordenação da política cafeeira, e pediu que o setor seja ouvido antes. O senador lembrou trecho de discurso do presidente ao criar, em outubro de 1996, o CDPC. "É um absurdo que uma produção como o café, que agregou tanto ao país, tivesse ficado segregada das decisões do Estado", disse Fernando Henrique, conforme o relato do senador.

## Suassuna revela: Nordeste cresceu mais que o Brasil

Baseado em relatório da Sudene e estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou ontem que o Nordeste cresceu mais do que a média nacional em 1998, embora ainda tenha os piores indicadores sociais do país. "No ano passado o PIB nordestino aumentou 1,5%, apesar da terrível seca que atingiu a região, uma das mais fortes deste século. Já a economia brasileira cresceu apenas 0,15%. O PIB nacional, segundo a Sudene, seria da ordem de R\$ 901 bilhões; o do Nordeste seria de R\$ 145 bilhões", explicou o senador.

Suassuna disse que, apesar do descalço com que as desigualdades regionais vêm sendo tratadas há anos, a indústria nordestina cresceu 7,9% no ano passado. Entre 1994 e 1997, a taxa média de incremento da economia nordestina foi de 3,9%, contra 2,7% da média nacional, comparou o senador. Segundo ele, a economia da região recebeu um grande impulso da

fruticultura irrigada do São Francisco, do turismo e da produção de grãos na Bahia e no sul do Maranhão e do Piauí:

— O que é importante destacar é que, se o Nordeste vem se desenvolvendo, não é por mérito de uma política federal consistente de fomento ao desenvolvimento regional, pois ela não existiu nos últimos anos. É por mérito próprio, de sua gente, de seus governantes, da boa situação fiscal que alcançaram alguns estados, da saudável continuidade administrativa que alguns deles lograram obter. O Nordeste vem demonstrando trabalho, persistência e engenho, isso é inegável — afirmou Suassuna.



Suassuna: região se desenvolve, mas não por mérito federal

## Eduardo quer liberação de empréstimo do BNDES

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) fez ontem um apelo ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que preside o Conselho Monetário Nacional (CMN), para que revise a resolução do conselho que suspendeu, em 8 de junho do ano passado, as operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com estados e municípios.

O senador solicitou a Malan que, na próxima reunião do CMN, examine a questão do financiamento de R\$ 42 milhões para o estado do Tocantins, que foi suspenso apenas um dia depois de haver sido concedido. Segundo ele, o



Eduardo: estado só compromete 40% com folha de servidores

BNDES liberou o crédito para o estado, em 7 de junho de 1998, mas portaria do conselho suspendeu as operações no dia seguinte. Eduardo entende que a origem do problema era o endividamento de alguns estados, mas frisou que esse não é o caso do Tocantins, que apresenta uma economia estabilizada.

Eduardo ressaltou que o estado compromete apenas 40% de sua arrecadação com a folha de pagamento do funcionalis-

mo e faz investimentos consideráveis em infra-estrutura, principalmente na malha viária. Para ele, a medida é "um cerceamento inadmissível a um estado que solicita este financiamento não para tapar buracos ou pagar precatórios, mas para construir uma infra-estrutura básica".

## Antero comemora chegada da Ferronorte a Alto Taquari

A chegada dos trilhos da Ferronorte ao município de Alto Taquari, localizado na fronteira entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foi comemorada ontem pelo senador Antero de Barros (PSDB-MT). Ele lembrou que a idéia da obra foi lançada pelo ex-senador Vicente Vuolo, que lutou mais de 20 anos por ela e não conseguiu ver a sua realização. O senador registrou a presença, na cerimônia, do senador José Sarney (PMDB-AP), em cujo governo teve início a implantação da Ferronorte, e do presi-

dente da República Fernando Henrique Cardoso.

Antero de Barros disse que a Ferronorte tem importância fundamental para Mato Grosso, que é hoje o primeiro produtor de algodão, o segundo produtor de arroz e o maior produtor de soja do Brasil.



Antero lembrou produção agrícola de Mato Grosso